

Aproximações entre a Nova Sociologia Econômica com ênfase na Análise de Redes Sociais e as Propostas da Sustentabilidade

Pedro Paulo de Souza Conte (UEL) - pedropsconte@gmail.com

Jessica Takano (UEL) - jessica.takano@hotmail.com

Érik Álvaro Fernandes (UEL) - erik.alvaro@hotmail.com

Resumo:

A proposta deste artigo é identificar, de forma teórica, possíveis aproximações entre a Nova Sociologia Econômica (NSE), com ênfase na Análise de Redes Sociais (ARS) e as propostas acerca da Sustentabilidade. A realização deste estudo contribui para ampliar a compreensão acerca dos problemas que a sociedade enfrenta, ao mesmo tempo que fortalece propostas que buscam se afastar do viés economicista. Diante disso, a NSE atuando como uma teoria de base produz uma mudança paradigmática no campo da sustentabilidade e a ARS como uma teoria de médio alcance, fornece ferramentas metodológicas que permitem a análise para além das fronteiras organizacionais, o que em última instância, permite estudar a participação de vários e diferentes atores na consecução da sustentabilidade. Longe de apresentar uma solução única, este estudo procura destacar a diversidade que fertiliza esses campos teóricos e que permite o engajamento em diferentes tipos de estudos empíricos que enriqueceriam essa proposta de aproximação.

Palavras-chave: *Sustentabilidade. Imersão Social. Redes Sociais. Nova Sociologia Econômica.*

Área temática: *GT-16 “Da Lama ao Caos”: Reflexões sobre a Crise Socioambiental e as Relações Estado-Empresa- Sociedade*

Introdução

A proposta deste artigo é identificar, de forma teórica, possíveis aproximações entre a Nova Sociologia Econômica (NSE), com ênfase na Análise de Redes Sociais (ARS) e as propostas acerca da Sustentabilidade. Entendemos que o conceito da imersão social das relações econômicas (GRANOVETTER, 1995) possibilita uma visão ampliada dos problemas que a sociedade enfrenta. Entretanto, esse conceito não tem sido abordado pelas correntes majoritárias envolvidas no debate da sustentabilidade e isso contribui para o fortalecimento das propostas que se apoiam em um viés economicista.

Os debates sobre a sustentabilidade são marcados por muitas divergências, pois há diversos interesses oriundos de cada uma das distintas parcelas da sociedade envolvidas. Para materializar algumas dessas divergências, citamos os trabalhos relacionados à Modernização Ecológica (MOL, 1997, 2000), à Sociedade de Risco (BECK, 2010), ao Ecomarxismo (O'CONNOR, 2012) e à Ecologia Profunda (NAESS, 1973). Além desses diferentes vieses, a sustentabilidade ainda pode ser considerada como forte ou fraca (PIERRI, 2001), centrada em uma visão antropocêntrica ou biocêntrica (SEGHEZZO, 2009), ou quanto a intensidade das transformações que ela deve promover variando entre três perspectivas: a de *status quo* (quase ou nenhuma mudança significativa), a reformista (mudanças significativas) ou transformadora (mudanças radicais na sociedade) (HOPWOOD et al., 2005).

Por outro lado, a Nova Sociologia Econômica (NSE) tem se firmado como uma das correntes sociológicas mais profícuas do campo acadêmico atual (SMELSER, SWEDBERG, 2010). Ela se caracteriza por centrar o olhar nos fenômenos econômicos tal como a economia, entretanto, move-se para a junção entre os fatores sociais e econômicos, colocando-os em um nível de igualdade. Dentre os estudiosos da Nova Sociologia Econômica (NSE), destaca-se as contribuições de Granovetter, que reascenderam o campo teórico durante a década de 1980, com o desenvolvimento do conceito de imersão social.

A NSE recorreu às teorias e ferramentas metodológicas da Teoria de Redes para produzir seus estudos empíricos. Esse campo de conhecimento pode ser caracterizado conforme Oliver e Ebers (1998) em quatro abordagens: Rede Social, Poder e Controle, Institucionalismo e Economia Institucional, e Estratégia. A primeira dessas perspectivas parece ter uma aderência mais significativa no sentido de contribuir com conhecimentos capazes de explicar os fenômenos destacados pela NSE. Em especial, essa abordagem considera as organizações como um aglomerado de agrupamentos sociais, os quais permitem compreender os processos que ocorrem nos diferentes níveis de análise através dos

relacionamentos estabelecidos entre as pessoas, grupos e organizações (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUM, 1979).

Assim, com base nessas relações teóricas estabelecidas, este artigo propõe aproximar a NSE e a ARS das propostas de sustentabilidade, com o objetivo de ampliar as possibilidades de articulação entre esses campos de conhecimento e, além disso, compreender como uma teoria de base (NSE) e uma teoria de médio alcance (ARS) podem ajudar a potencializar o conhecimento acerca da sustentabilidade. Para tanto, abordaremos as propostas mais recentes de estudos sobre a sustentabilidade, aprofundaremos o debate acerca da NSE e destacaremos possíveis pontos de relação entre as duas linhas de pensamento que poderiam contribuir para o desenvolvimento do campo da sustentabilidade.

Ou seja, esse trabalho justifica-se principalmente pela preocupação com o tema sustentabilidade, bastante atual e emergente na sociedade e que possui diversas abordagens divergentes, como já comentado anteriormente. O intuito de aproximá-lo com a NSE e com a ARS procura possibilitar mais uma condição de estudo e de aprofundamento da área.

Sustentabilidade como Crítica às Propostas Economicistas

O conceito de sustentabilidade surgiu de debates que buscavam novas formas de compreender e solucionar os problemas da sociedade. Em sua revisão histórica, Pierri (2001) aponta o surgimento e o estabelecimento do conceito que atualmente domina o cenário mundial (o “desenvolvimento sustentável” proposto pelo Relatório de Brundtland). A autora evidencia que o processo iniciado com o ambientalismo que culminou no conceito de desenvolvimento sustentável não foi linear. Pelo contrário, ele passou por diversas fases e, ainda hoje, apresenta manifestações divergentes como a sustentabilidade forte e a fraca (PIERRI, 2001).

Segundo a autora, a discussão sobre os problemas ambientais iniciou-se a partir dos impactos negativos da Revolução Industrial tanto sobre o ambiente (crítica naturalista), quanto sobre as relações sociais de trabalho (crítica social). Nesta época, o mundo tinha proporcionalmente 1/5 da população contemporânea (UNITED NATIONS, 2016), mas os impactos negativos das transformações realizadas pelo homem sobre a natureza já eram perceptíveis por todos no planeta.

Ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, uma série de dados da comunidade científica, bem como a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, reforçaram a percepção dos estudiosos acerca dos limites físicos do meio ambiente frente ao crescimento

econômico da humanidade. Esse contexto foi propício para a ampliação dos movimentos ambientalistas, os quais ganharam notoriedade e força política através das reivindicações (PIERRI, 2001). A principal proposta para frear os graves problemas ambientais era estabelecer uma taxa nula de crescimento, algo que impactava em maior grau os países menos desenvolvidos.

Na sequência, novos estudos emergiram e a proposta da sustentabilidade fraca nasceu e se tornou proeminente nas últimas décadas. Mais especificamente, o Relatório Brundtland (1987) apresentou uma proposta que buscou contemplar tanto a crise ambiental que havia ganhado destaque em 1970, quanto as crises oriundas do capitalismo keynesiano. Por isso, especialmente em Brundtland (1987) assume-se a premissa contrária aos ambientalistas, onde o crescimento é condição imprescindível para se estabelecer o desenvolvimento sustentável, resolvendo conjuntamente as questões relacionadas à pobreza, consequência direta dos problemas ambientais. Nessa linha de raciocínio emerge também a ideia de que o caminho para se atingir o desenvolvimento sustentável passa pela implementação de inovações tecnológicas (CASTRO, 2004; HOPWOOD et al., 2005).

Diante dessas características históricas que marcaram significativamente o termo desenvolvimento sustentável, este artigo entende que a proposta de Brundtland caminha de mãos dadas com a economia, reforçando principalmente as bases antropocêntricas e desenvolvimentistas (PIERRI, 2001). A Nova Sociologia Econômica, como veremos adiante, pode ajudar a melhor desenvolver a dimensão social da sustentabilidade, pois entende as ações econômicas como imersas em redes de relações sociais.

Até hoje, as principais propostas de sustentabilidade que surgiram ao longo da história se encontram intimamente ligadas às respostas economicistas (veja MOL, 1997, 2000). Grande parte das organizações abordaram o evangelho da ecoeficiência, como forma de atuar sustentavelmente (ALIER, 2007). Para Hopwood et al. (2005), os grupos que defendem o desenvolvimento econômico como o caminho para se chegar ao desenvolvimento sustentável são chamados de defensores do “*status quo*”, pois admitem que apenas mudanças pontuais são necessárias para que a sociedade se torne mais sustentável. Mesmo os grupos que podem ser classificados como reformistas, os quais defendem mudanças mais intensas que não rompem totalmente com o capitalismo, defendem o “capitalismo verde”, cuja principal proposta é atacar os problemas ambientais e sociais através do aumento das informações, do desenvolvimento de tecnologias e do crescimento econômico.

Castro (2004) aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável decorrido do Relatório de Brundtland é um ponto consensual a que a sociedade chegou, baseado

principalmente em análises econômicas, ainda que a discussão tenha surgido a partir do debate ambiental. Para o autor, o termo “desenvolvimento sustentável” foi criado pelo *mainstream* como resposta ao radicalismo crescente dos ambientalistas para manter o padrão de crescimento do modelo capitalista corrente (ao invés de sofrer uma mudança radical em todos os aspectos, o que afetaria consideravelmente o capitalismo).

Ao mapear as diferentes abordagens da sustentabilidade, Hopwood et al. (2005) perceberam que a natureza na maioria das vezes foi entendida como algo exterior à humanidade (e não integrada a ela). Há um reforço na ideia de que a natureza somente existe para ser explorada e adaptada aos interesses humanos. Mesmo quando os problemas ambientais ganharam destaque, os debates foram conduzidos dentro de uma perspectiva que reforçava as posições antropocêntricas e econômicas. A manutenção desses vieses permitiu que governos e empresas fossem a favor do desenvolvimento sustentável sem a necessidade de promover qualquer mudança significativa nas suas agendas ou realidades, pois os avanços tecnológicos seriam responsáveis por substituir o capital natural consumido (HOPWOOD et al., 2005).

Apesar do alinhamento entre esses entendimentos que caracterizam a sustentabilidade fraca, diversos autores se posicionam contrários, destacando um entendimento de sustentabilidade mais complexo do que a proposta de Brundtland. Nesse sentido, o grupo caracterizado como transformadores (HOPWOOD et al., 2005) procura relacionar os problemas socioambientais à forma com que os seres humanos estabelecem as relações entre si e com o meio ambiente.

Os transformadores, por exemplo, quando tentam compreender a origem dos problemas sociais e ambientais concentram suas críticas no modelo de produção capitalista e como ele é inevitavelmente insustentável em sua essência. Dentre as escolas transformadoras podemos citar o ecofeminismo, o ecomarxismo e a dialética naturalista, as quais acreditam que a desigualdade e a degradação ambiental são produtos diretos do modelo de exploração capitalista. Assim, para eles a “transformação da sociedade e/ou das relações humanas com o ambiente é necessária para evitar uma crise crescente e um possível colapso futuro” (HOPWOOD et al., 2005, p. 45).

Apesar do posicionamento radical, ainda aqui encontramos uma forma de resposta economicista aos problemas da sustentabilidade. Ou seja, a abordagem da maioria dos transformadores, ainda que construída sobre uma perspectiva crítica, parte de uma concepção que elege a economia como a principal lente para interpretação das relações do mundo. Essa forma de interpretação é equivocada para Sociologia Econômica (SE), pois a economia

também é constituída por “gente, trabalhadores, famílias, necessidades, aspirações, desejos, paixões” (SANTOS, 2007, p. 87).

Esse é o mesmo entendimento de Seghezzeo (2009), ao afirmar que o conceito de sustentabilidade que nossa sociedade está construindo precisa se descolar do pensamento puramente econômico, uma vez que esta visão de mundo acaba se contrapondo ao conceito de justiça inter-geracional, pois é baseado na análise limitada da relação custo-benefício. Ainda para o autor, este fato deve levar a reflexão sobre o tipo de entendimento a ser construído acerca da sustentabilidade, pois é fundamental “argumentar que ferramentas econômicas como a análise custo-benefício podem ser mais úteis após, e não antes, da análise de outros métodos de avaliação da sustentabilidade” (SEGHEZZO, 2009, p. 545). Assim, essa inversão privilegia uma ideia de sustentação do desenvolvimento, ao invés de reforçar o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável (CASTRO, 2009).

Além desses autores, outros também colaboram para entendimentos mais complexos acerca da sustentabilidade. Dovers (1997), por exemplo, ao estudar os problemas da sustentabilidade demonstra que eles são sistêmicos e envolvem diversas implicações em aspectos fundamentais da sociedade, como energia, urbanismo, transportes, agricultura, consumo e estilo de vida.

Por outro lado, Leff (2010), defende que é necessário entender que o mundo é constituído por teorias, ideologias, cosmovisões, linguagens e estratégias discursivas, levando a compreensão de que os “fatos da realidade” são produzidos socialmente e não dados *a priori*. Para ele, o viés econômico que permeia as relações sociais impõe uma forma inevitável de se viver que impede sua desconstrução e permite eventuais reparos ou moderações nas suas ações e impactos (LEFF, 2010).

De modo análogo, Starik e Kanashiro (2013) propõem uma teoria baseada no entendimento de que:

quanto maior a frequência, amplitude, profundidade e orientação sistêmica do envolvimento humano ao lidar com o fenômeno da gestão da sustentabilidade em níveis variados, maiores as chances de melhora tanto das capacidades quanto dos resultados da qualidade de vida ambiental e socioeconômica de longo prazo em uma escala significativa (STARIK; KANASHIRO, 2013, p. 17).

Por fim, destaca-se o trabalho de Buttel (1998). Para o autor, não é possível existir um capitalismo liberal sustentável, pois a sustentabilidade só pode ser alcançada pela ação estatal. Todavia, o Estado depende do financiamento oriundo do capitalismo, implicando na

necessidade de ambos trabalharem conjuntamente, com equilíbrio entre as pressões internacionais e pressões nacionais.

Como pudemos ver nesses quatro exemplos, é inviável pensar a sustentabilidade levando-se em consideração apenas a dimensão econômica da questão. Por isso a crítica deste artigo ao conceito de *desenvolvimento sustentável* forjado em Brundtland, em 1987. A evolução do conceito de *desenvolvimento sustentável* para um conceito mais amplo de uma *sustentabilidade* implica, necessariamente, em adicionar novas dimensões aos problemas.

Há um problema conceitual que precisa ser abordado, antes de prosseguir com a análise. Os autores citados demonstram que o significado da sustentabilidade é expressado de forma variada, de acordo com o contexto do autor ou o ambiente em que eles estão inseridos. Dovers (1997) aponta para a necessidade de uma visão sistêmica; Leff (2010) aborda a construção simbólica das relações entre humanos e o planeta e também envolve conceitos da termodinâmica ao falar sobre o tema; Starik e Kanashiro (2013) falam em integrar o meio ambiente à socioeconomia em níveis múltiplos; e Buttel (1998) destaca a inter-relação entre política e sustentabilidade. Nesse cenário, como definir um conceito único de sustentabilidade?

Este artigo defende a proposição de que não é possível (e não deveria ser) a existência de um conceito unificado e singular da sustentabilidade. Suas diferentes visões e as formas como deve ser medida precisam coexistir, não só pela pluralidade, mas também porque diferentes quadros de análise podem dar uma ideia melhor da sustentabilidade (ou insustentabilidade) de processos e regiões (SEGHEZZO, 2009).

Propõe-se a elevação da sustentabilidade ao nível de um campo teórico que deve ser estudado sempre levando em consideração as relações entre diferentes dimensões (econômica, social, ambiental, política, etc.). Entendemos que o conceito de Brundtland, a sustentabilidade fraca (PIERRI, 2001) ou a proposta do *status quo* (HOPWOOD et al., 2005) apenas mascaram abordagens estritamente econômicas, adicionando superficialmente outras propostas ao tema.

Vale destacar que isso não é o mesmo que afirmar que é necessário contrapor a lógica capitalista para chegarmos a sociedades mais sustentáveis. O que se busca são propostas que, no mínimo, valorem a economia com a mesma intensidade de outras dimensões. A proposta de Sachs (2002), por exemplo, enfoca a dimensão econômica da sustentabilidade, mas o faz apenas depois de considerar os fatores sociais, culturais, ecológicos, ambientais e territoriais.

Uma abordagem da sustentabilidade com estas características tem muito a se beneficiar de uma integração com a Nova Sociologia Econômica e com a Análise de Redes Sociais, como veremos adiante.

Nova Sociologia Econômica e a Crítica aos Modelos Vigentes de Sustentabilidade

A Nova Sociologia Econômica (NSE) é uma corrente que reavivou os estudos baseados na Sociologia Econômica (SE). Seus principais pressupostos defendem que as ações econômicas são ações sociais e que portanto, são socialmente situadas; e ainda, considera as instituições econômicas como construções sociais” (LÉVESQUE; BOURQUE; FORGUES; 2001).

Assim, essa interdependência entre as esferas social e econômica levou Granovetter a desenvolver o conceito de imersão social, o qual sugeriu uma solução intermediária para o distanciamento entre o entendimento econômico e o sociológico da ação social. Assim, a ação não era nem *undersocialized* (subsocializada), nem *oversocialized* (supersocializada), ou seja, tanto a perspectiva econômica de uma ação totalmente racional e livre, bem como a perspectiva sociológica de uma ação dependente das estruturas sociais não correspondiam a realidade (GRANOVETTER, 1985, p. 483).

Até a década de 1960, o diálogo entre a sociologia e a economia foi negligenciado, fazendo com que cada área se ocupasse de um campo específico. A sociologia “se limitaria aos estudos das consequências sociais das inovações e das condições sociais das transformações econômicas” (SERVA, ANDION, 2006, p.12), enquanto a economia se ocuparia das transações econômicas e, desta forma, constituiu-se historicamente o afastamento entre sociólogos e economistas.

Para superar isso, a Sociologia Econômica (SE) buscou explicar os fenômenos econômicos com base na junção entre os fatores sociais e econômicos. Ainda que uma de suas inspirações tenham sido as teorias marxistas (SERVA; ANDION, 2006), a SE procurou destacar a importância e influência do aspecto social nesse tipo de análise.

Swedberg explica que “o *homo economicus* não existe – existem apenas atores econômicos concretos que possuem uma determinada idade, uma determinada inserção, pertencem a um gênero, e assim por diante” (2004, p. 8, grifo do autor), ou seja, uma vez que tudo está enraizado na estrutura social, os fenômenos econômicos são na realidade sociais por natureza.

Essa abordagem é influenciada pelos fatos ocorridos no final da década de 1960, quando se iniciou o questionamento do paradigma funcionalista, o que levou ao aumento da abordagem crítica nas análises dos estudos das organizações. Esse *turn point* se baseia no questionamento da visão restrita dos estudos organizacionais, a qual enfatiza somente os aspectos sistêmicos, sincrônicos, teleológicos, integradores e não conflituosos das organizações. Diante disso, outros pontos também passaram a ser questionados como: a formação tecnicista e a visão limitada do administrador, passando a pressionar por uma abordagem que contemplasse outras visões e novas linhas de estudos organizacionais (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Nesse contexto, alguns autores têm assumido uma atitude reflexiva, porém, sem desconsiderar a influência funcionalista nos desdobramentos dos estudos organizacionais (SERVA; ANDION, 2006). Embora a Nova Sociologia Econômica (NSE) contrarie boa parte das propostas funcionalistas vigentes, ela não está filiada a aquela sociologia eminentemente crítica, justamente por não possuir um projeto que vise a transformação profunda da sociedade. Por outro lado, ela também não rompe radicalmente com a economia neoclássica, pelo contrário, é proposto um diálogo onde a NSE apresenta explicações sobre temas econômicos a partir de uma perspectiva centrada nas relações sociais, destacando como estas influenciam os vários tipos de ações, principalmente as econômicas (SERVA; ANDION, 2006).

É exatamente esse ponto que nos permite propor a aproximação entre a NSE e a sustentabilidade, o principal objetivo desse artigo. O esforço em desconsiderar a predominância econômica nas diversas relações e processos da sociedade proposto pela NSE se alinha com a necessidade de distanciamento do viés econômico nas propostas envolvendo a sustentabilidade, permitindo que se proponham alterações inclusive na forma como a realidade é construída ou entendida.

A partir dessa aproximação podemos sugerir uma reflexão envolvendo as características da NSE e a classificação proposta por Hopwood et al. (2005). Os defensores da manutenção do *status quo*, ao alegarem que ajustes podem ser feitos sem a necessidade de alterações drásticas na sociedade, se afastam das premissas da NSE. Por sua vez, os defensores da reforma enfatizam a existência de problemas críticos, mas rejeitam a possibilidade de um colapso, o que os alinham com os ideais da NSE. Por fim, os defensores da transformação acreditam que os problemas ambientais e na sociedade são resultados de uma visão equivocada, baseada no egoísmo e no antropocentrismo. Nesse último caso, a

aproximação com perspectivas críticas afasta a NSE, porém, ressaltamos que a ênfase na Análise de Redes Sociais pode contribuir com essa vertente.

Em suma, ainda que a sustentabilidade não seja o foco da NSE, é possível evidenciar alguns pontos de contato e de afastamento entre esses campos de conhecimento. Tal qual o status quo e a reforma, a NSE não converge para a realização de mudanças radicais, bem como também não trabalha com a possibilidade de colapso da sociedade. Por outro lado, apoia tanto na reforma, quanto na perspectiva da transformação, uma mudança significativa nas relações entre as pessoas e entre elas e o meio ambiente, modificando a priorização do aspecto econômico nelas.

Uma diferença entre a NSE e a sustentabilidade está na forma como olham para as relações sociais, pois enquanto a primeira quer estudá-las, a última busca modificá-las. Por isso, é possível sugerir uma complementariedade entre as duas teorias, principalmente nas formas com que a NSE pode contribuir para a sustentabilidade.

Partindo desse entendimento, podemos afirmar que não apenas as ações sociais ganham atenção especial, mas as organizações assumem uma posição central nesses debates, pois são significativas para a construção da sociedade, de modo que os campos do conhecimento que buscam compreender essa sociedade devem considerar o papel das organizações nesse contexto. A organização é entendida como um sistema social complexo, que atua tanto na composição do mercado, no direcionamento do estado e na interação social, além do envolvimento com o meio ambiente, na racionalidade dos atores econômicos, nas questões relativas ao poder e nos aspectos micro e macro da economia (SERVA; ANDION, 2006).

Dependemos como nunca das organizações para satisfazer a maior parte de nossas necessidades; dessa forma, elas se tornaram o palco privilegiado da cena social, onde nós, atores em busca da auto-realização, interagimos sem cessar, encenando peças das mais importantes de nossas vidas (SERVA; ANDION, 2006, p. 20).

A preocupação com a sustentabilidade da sociedade também deve contemplar os resultados agregados provenientes das mudanças provocadas pelas organizações. A soma dessas proposições defende uma agenda de pesquisa materialista, que procura focar as ações organizacionais a partir das suas relações sociais, políticas e econômicas. Assim, dentro destes vários tipos de relações, as organizações procuram influenciar as ações das várias instituições sociais e influenciar a forma como é definida a sua relação com o ambiente natural (SHWOM, 2009).

Um ponto de contato entre a NSE e a sustentabilidade surge da descrição que Granovetter (1973, 1983, 1985) faz da ação coletiva, se apoiando na Análise de Redes Sociais (ARS). Lembremos que para Marx, a classe trabalhadora deveria agir coletivamente para subverter a ordem capitalista e isso emerge como uma das propostas para que a sociedade se torne sustentável (HOPWOOD et al, 2005). Na construção de sua proposta, Marx estava se referindo a um movimento social e, tal fato, contribuiu para o “o entendimento de como grandes grupos de pessoas, com interesses econômicos similares, atuando sob determinadas circunstâncias, podem buscar seus interesses conjuntamente” (SMELSER, SWEDBERG, 2005, p. 8).

Os movimentos sociais ativam a dinâmica da própria sociedade, onde suas ações coletivas são construídas através das redes e, por meio destas, possibilitam as transformações nos diferentes níveis. Essa constituição em rede dá força coletiva aos atores, ao mesmo tempo em que se reduzem os resultados negativos provenientes de uma atuação individualizada. Assim, as várias formas de associação percebem cada vez mais a “necessidade de se articularem com outros grupos de mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto e obter conquistas para a cidadania” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Por sua vez, Porto-Gonçalves (2012) destaca que as Organizações Não Governamentais (ONG’s), com inclinações para atuarem como movimentos sociais, operam na lógica da cooperação e do consenso para lutar a favor da sustentabilidade. Além disso, Gohn (2011) afirma que os movimentos sociais zelam por um ideal civilizatório, a construção de uma sociedade democrática e para ações voltadas à sustentabilidade.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13).

Portanto, a ação coletiva, a participação civil, o associativismo e os movimentos sociais são vistos por alguns autores como fatores importantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável (BUTTEL, 1998; GOHN, 2011; SCHERER-WARREN, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2012), tornando-se um ponto de aproximação entre a sustentabilidade e a ARS e, conseqüentemente, com a NSE. As pesquisas de Granovetter contribuíram para a compreensão de como as pessoas desenvolvem relações (laços) mais

fortes, indicando a existência de quatro fatores fundamentais: o tempo que passam juntos; a intensidade emocional com que se relacionam; a intimidade e; os serviços recíprocos que caracterizam o laço. Por outro lado, seu estudo evidenciou a importância dos laços fracos, ao demonstrar que qualquer movimento ficaria restrito se houvesse apenas laços fortes, inviabilizando qualquer possibilidade de se realizar transformações sociais, econômicas ou ambientais (GRANOVETTER, 1983).

Portanto, são propostas duas mudanças paradigmáticas com a aproximação da NSE com ênfase na ARS e a sustentabilidade: a) o descolamento do viés econômico e o enfoque social e b) a ampliação das fronteiras para englobar os vários relacionamentos que as pessoas podem estabelecer entre si ao longo do tempo.

Análise de Redes Sociais – Teoria e Ferramenta para Aprofundar o Debate

O tópico anterior apresentou considerações que indicam a possibilidade de aproximação entre a NSE com ênfase na ARS e as propostas de sustentabilidade. No próximo tópico enfocamos especialmente as ações coletivas e os movimentos sociais por estarem alinhados com a ARS.

Shwom (2009) afirma que nenhuma organização é uma ilha, pois as organizações não estão social ou ecologicamente isoladas. Existe uma conceituação de dependências, acerca da qual as teorias organizacionais devem produzir uma compreensão integradora de ações organizacionais influenciando e sendo influenciadas pelo ambiente natural. Diversas esferas da sociedade como as empresas, as organizações ambientais, o estado e a sociedade civil estão interconectadas e o problema da sustentabilidade ultrapassa todas essas fronteiras.

O desenvolvimento de novas ações de cooperação entre as organizações ambientais, governamentais e corporativas é muitas vezes oferecido como um caminho para a sustentabilidade, para a necessidade de maior flexibilidade e inovação para resolver os problemas complexos (Berenbaum, 1999; Wondolleck & Yaffee, 2000) (SHOWM, 2009, p. 280, tradução nossa).

A sustentabilidade, como defendido anteriormente, abrange um problema complexo. E a ARS pode ser considerada uma ferramenta de estudo e de ações práticas no seu desenvolvimento capaz de lidar com parte desta complexidade.

Como exposto anteriormente, as Redes Sociais (uma das ramificações da Teoria de Redes), assim como a NSE, têm os trabalhos de Granovetter como um expoente teórico. “A abordagem de Rede Social trata as organizações na sociedade como um sistema de objetos

(por exemplo, pessoas, grupos, organizações) unidos por uma variedade de relacionamentos” (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979, p. 507). E, como explicam Martes et al. (2006, p. 11), a análise de redes sociais considera que as “organizações e transações econômicas estejam imersas (*embedded*) em uma rede de relações sociais”.

Ou seja, tanto para a ARS quanto para a NSE, as ações econômicas estão imersas nas relações sociais. Por isso, a Teoria de Redes (médio alcance) possibilita análises não-economicistas, com a NSE como “pano de fundo”. Um dos muitos estudos na área da NSE, realizado na França por Boltanski e Chiapello (1999) e intitulado *The new spirit of capitalism*, aborda a atualidade vivendo a emergência de um novo tipo de capitalismo, o capitalismo de redes. Trata-se da contribuição de cientistas sociais e sociólogos econômicos na ideologia da defesa de redes, da descentralização e da produção flexível, fazendo parte então do “novo espírito do capitalismo”. Também sobre o capitalismo, há um trabalho alemão, de Deutschmann (2001), que se centra em fenômenos macroeconômicos, especificamente em como o capitalismo se tornou uma espécie de religião nos tempos modernos (SWEDBERG, 2004).

Há claro espaço para o desenvolvimento de uma integração entre os campos da sustentabilidade e da NSE, conforme indicado no Quadro 1. Dentre as inúmeras possibilidades de estudos que relacionem os dois conceitos, poderíamos destacar três propostas: a) a (in)sustentabilidade das organizações no contexto das redes sociais; b) a sustentabilidade enquanto problema comunitário e a relação com estado e movimentos sociais, e; c) as organizações cooperativas e associativistas e suas contribuições para a sustentabilidade.

Quadro 01 – Síntese das aproximações

NSE	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade em desconsiderar a predominância econômica nas diversas relações, produzindo o distanciamento necessário a sustentabilidade. • Capacidade de estudar e transformar as relações. • Mudança nas relações entre as pessoas e o meio ambiente. 	SUSTENTABILIDADE
ARS	<ul style="list-style-type: none"> • Foco nas relações, ações coletivas e associações sociais. • Combinação entre laços fortes e fracos para consecução de objetivos. • Construção de uma identidade coletiva sustentável. • Lógica da cooperação e do consenso para tornar-se sustentável. 	

Fonte: elaborado pelos autores (2016)

Como bem aponta Dovers (1997), a sustentabilidade está relacionada a uma habilidade natural ou humana de adaptação a mudanças internas ou externas. Enxergar as organizações como instituições que ultrapassam suas fronteiras formais, que estão inseridas

em redes sociais e cujas decisões relacionam os fatores econômicos com diversas outras dimensões (social, cultural, política, etc.) pode ajudar a entender porque algumas organizações conseguem agir de forma mais sustentável que outras, mesmo quando estão inseridas em ambientes similares. Por que algumas organizações se adaptam ao contexto da sustentabilidade melhor do que outras?

Seria interessante também que os teóricos da sustentabilidade refletissem sobre a necessidade (ou não) da existência de organizações comunitárias (no sentido de que buscam o bem comum) como o estado ou os movimentos sociais, para a promoção da sustentabilidade. Para Buttel (1998), os estados são os principais promotores da sustentabilidade na sociedade ocidental ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, são também um dos principais fatores de degradação ambiental.

De forma similar, os movimentos sociais não precisam agir, necessariamente, em prol da sustentabilidade. A população de uma pequena cidade poderia se organizar para impedir o fechamento de uma fábrica que estivesse causando uma profunda degradação ambiental (problema de longo prazo), mas que, ao mesmo tempo, estivesse gerando emprego e renda (benefícios de curto prazo) para a região. A NSE e a ARS poderiam ajudar a explicar como os problemas da sustentabilidade são definidos e que fatores levam às mobilizações de movimentos sociais específicos.

Em terceiro lugar, sugerimos um aprofundamento do estudo das organizações cooperativas e associativistas e suas contribuições para a sustentabilidade, desde uma perspectiva da NSE e da teoria de redes. Como as relações sociais nestes tipos de organização impulsionam propostas em prol de um bem comum e de longo prazo, contrariando o pensamento estritamente econômico? As organizações cooperativas tendem a levar a resultados mais sustentáveis que as outras? A teoria das organizações poderia se debruçar sobre casos específicos, utilizando as ferramentas da ARS e os conceitos da sustentabilidade.

Finalmente, como uma limitação a abordagem que este artigo propõe, podemos apontar que a NSE, ao se concentrar na relação entre as dimensões social e econômica, não dá a devida importância ao fato de que todas as relações econômicas e sociais acontecem em um ambiente físico (STARIK; KANASHIRO, 2013), ou seja, estão *ambientalmente imersas*. Ainda que as relações sociais e culturais ajudem a definir o que entendemos por natureza (SEGHEZZO, 2009) ou território (PORTO-GONÇALVES, 2012), o caminho inverso não acontece. A NSE não dá abertura para entendermos como as relações com o ambiente influenciam nossas relações econômicas e sociais.

Considerações Finais

O artigo teve como objetivo compreender possíveis relações entre a NSE, a ARS e a sustentabilidade. Primeiramente, expusemos uma trajetória histórica teórica de conceitos criados acerca da sustentabilidade, contrapondo as perspectivas do *status quo*, das reformas e das críticas. No segundo momento, buscamos um debate mais aprofundado sobre aspectos da NSE com a sustentabilidade, indicando associações entre os diferentes campos teóricos. E por fim, refletimos como a ARS, considerada aqui como uma ferramenta de estudo, pode contribuir com a sustentabilidade.

Como um campo difuso, complexo, multidisciplinar, multidimensional, incerto, interativo, multinível, multiespécie, conflituoso, político, e altamente necessário, destacamos a importância do tema da sustentabilidade nos estudos científicos, dada a sua amplitude, convergências e divergências em diferentes áreas de estudo, e sua urgência em contexto mundial.

As principais relações entre a NSE e a sustentabilidade discutidas foram: 1) origens e debates dos temas (por volta de 1960); 2) necessidade de considerar outras áreas na construção e entendimento da sociedade (não somente a economia); 3) características da NSE associadas com diferentes correntes da sustentabilidade; 4) questões organizacionais na compreensão da NSE e da sustentabilidade; 5) propostas e interesses de pesquisa; 6) importância da ação coletiva e dos movimentos sociais.

Considerando a estrutura da sociedade formada por organizações, redes, agrupamentos e laços, a utilização da ARS pode contribuir de maneira significativa para a sustentabilidade. Explorar novos conceitos e novas visões é relevante e essencial para a ciência, porque nos permite estar em movimento. Para isso, é fundamental conhecer as variedades de ferramentas desenvolvidas até então, como a ARS.

Para a realização de pesquisas futuras, sugerimos um estudo empírico que envolva a NSE, a ARS e a sustentabilidade, com o intuito de complementar este artigo teórico; e uma análise aprofundada sobre as diferentes dimensões e conceitos da sustentabilidade, tanto dos autores trabalhados neste artigo, como de outros, fortalecendo estes temas como campos teóricos, os quais são importantes não apenas para a divulgação e propagação na comunidade científica, mas também para promover mudanças significativas na sociedade.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Capes para realização deste ensaio.

Referências

ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical management studies. **The Academy of Management Annals**, v. 1, n. 1, p. 119-179, 2007.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris, Gallimard, 1999.

BUTTEL, F. H. Some observations on states, world orders, and the politics of sustainability. **Organization & Environment**, v. 11, p. 261-286, 1998.

CASTRO, C. J. Sustainable development: mainstream and critical perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p.195-225, 2004.

DEUTSCHMANN, C. Capitalism as a religion? An unorthodox analysis of entrepreneurship. **European Journal of Social Theory**, v. 4, n. 4, p. 379-386, 2001.

DOVERS, S.R. Sustainability: demands on policy. **Jornal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, p. 1360-1380, 1973.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological theory**, v. 1, n. 1, p. 201-233, 1983.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American journal of sociology**, p. 481-510, 1985.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, p. 38-52, 2005.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G.; FORGUES, É. **La nouvelle sociologie économique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S.; NASCIMENTO, M. R. do; GONÇALVES, S. A.; AUGUSTO, P. M. Fórum – Redes sociais e interorganizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 10-15, 2006.

MOL, A. P. J. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, S. C.; SOUZA PORTO, M. F. de; FREITAS, C. M. de (Orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

_____. Ecological modernization industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Org.). **The international handbook of environmental sociology**. London: Edward Elgar, 1997.

NAESS, A. 1973. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy and the Social Sciences** v.16, p. 95-100, 1973.

O'CONNORS, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVER, A. L.; EBERS, M. Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of interorganizational relationships. **Organization Studies**, v. 19, n. 4, p. 549-583, 1998.

PIERRI, N. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G. (Eds.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, jan./jul. 2012.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. RJ: Garamond, 2002.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SERVA, M.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **RAE - Revista de administração de empresas**, v. 46, n. 2, p. 10-21, 2006.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. **Environmental Politics**, v. 18 n. 4, p. 539-556, 2009.

SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (Ed.). The handbook of economic sociology. **Princeton university press**, 2010.

STARIK, M.; KANASHIRO, P. Toward a theory of sustainability management: uncovering and integrating the nearly obvious. **Organization & Environment**, v. 26, p. 7-30, 2013.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

SHWOM, R. Strengthening sociological perspectives on organizations and the environment. **Organization & Environment**, v. 22, n. 3, p. 271-292, 2009.

TICHY, N. M.; TUSHMAN, M. L.; FOMBRUN, C. Social network analysis for organizations. **Academy of Management. The Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 4, n. 4, p. 507-519, 1979.

UNITED NATIONS. **World population prospects**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.